

28/07/2010

SETOR PÚBLICO REFORÇA LIDERANÇA NO CRÉDITO COM BNDES E CAIXA

Belo Monte depende da 'mão forte do governo'

Cai tributo para imóvel de até R\$ 75 mil

Belo Monte deve entrar em obras seis meses antes

Cresce interesse chinês no minério brasileiro

MP amplia isenção para o "Minha Casa" e concede desonerações para a Copa

Novo plano do setor pede maior agregação de valor no país

ANTT remarca edital de linhas rodoviárias para novembro

Aneel aprova nova antecipação para a usina de Santo Antônio

Bancos públicos dão crédito ao pré-sal

BNDES vai liberar R\$ 16 bi para energia

Belo Monte fora dos padrões, diz EPE

Vendas de materiais crescem

VLT: movido por eletricidade ou diesel?

Secretaria de obras realiza recuperação de estradas e manutenção de ruas do Debrasa

Em Nortelândia estradas serão recuperadas

Porto de Santos registra recorde de movimentação no primeiro semestre

Obra para substituir o perigoso Viaduto das Almas só fica pronta em 2011

[Suape pode virar economia mista](#)

[FITEL abre inscrições para cursos técnicos de logística](#)

[Mauá planeja criação de três novas marginais](#)

[Projeto da Ferrosul aguarda ser sancionado pelo governo Leonel Pavan](#)

[Dnit montará novo viaduto na BR-116 em 56 horas](#)

[Consórcio pretende montar estaleiro em Rio Grande](#)

[Ministro dos Portos cumpre agenda e assina mais uma dragagem no Rio](#)

## O Estado de S. Paulo

28 de julho

### SETOR PÚBLICO REFORÇA LIDERANÇA NO CRÉDITO COM BNDES E CAIXA

Participação estatal no total de financiamentos cresce e bate recorde em junho

*Puxados sobretudo pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal, os bancos públicos ampliaram em junho a liderança na concessão de crédito. Relatório do Banco Central mostra que o estoque de financiamentos concedidos pelos bancos públicos atingiu 42,3% de todas as operações, ante 41,7% em maio. Para o BC, o movimento não reverte a tendência de recuperação da participação dos bancos privados. Segundo o relatório, a concessão de novos empréstimos para pessoas físicas caiu 0,5% em junho, enquanto os financiamentos para empresas cresceram 4,4%.*

Operação de R\$ 2 bilhões tomados pela Petrobrás à Caixa Econômica Federal ajudou a incrementar financiamentos dos bancos oficiais

Puxados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por uma operação especial da Caixa Econômica Federal com a Petrobrás, no valor de R\$ 2 bilhões, os bancos públicos ampliaram em junho a participação das instituições financeiras estatais na concessão de crédito.

O estoque de financiamentos concedidos pelos bancos públicos atingiu 42,3% de todas as operações, ante 41,7% em maio. Essa participação dos bancos estatais é a maior desde março de 2001, quando chegou a 42,7%.

Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), os bancos privados nacionais tiveram redução na participação do total de crédito concedido: de 40,5% para 40,1%. Os bancos privados estrangeiros recuaram de 17,8% para 17,6%.

De dezembro a maio passado, a participação dos bancos públicos vinha oscilando entre 41,5% e 41,7% no total do crédito concedido. O salto para 42,3%, em junho, foi incrementado com o desempenho do BNDES: o banco, que de abril para maio já havia ampliado em 2,7% a concessão de crédito, agora, em junho, aumentou os empréstimos em mais 3,1% - de R\$ 303,5 bilhões, em maio, para R\$ 312,8 bilhões no mês passado.

Os números da autoridade monetária mostram que o crédito livre (aquele que as instituições podem aplicar onde bem entendem), que tem um peso mais importante do setor privado, cresceu 1,8% em junho, na comparação com maio. Enquanto isso, o crédito direcionado, que é majoritariamente operado por bancos públicos, cresceu 2,4%.

Petrobrás e Caixa. Para o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, a retomada de espaço dos bancos públicos em junho é um movimento que não deve reverter a tendência de recuperação das instituições privadas

nacionais.

Fontes dos bancos públicos admitiram ontem ao Estado que o motor dessa recuperação dos bancos públicos em junho foram os empréstimos do BNDES para investimentos e da Caixa para habitação. Mas elas acreditam que os bancos privados vão retomar o mercado perdido durante a crise e a tendência é de aceleração, em ritmo acima dos bancos públicos, embora estes sigam ofertando crédito por causa da demanda.

Além dos movimentos tradicionais de oferta de crédito, o aumento na participação dos bancos públicos nos financiamentos foi influenciado por uma nova operação de R\$ 2 bilhões da Caixa para a Petrobrás. O BC não detalha as operações individualmente, nem o banco e a estatal do petróleo comentam, mas esse crédito turbinou o saldo das instituições oficiais.

No fim de 2008, em meio ao pior momento da crise, a Caixa concedeu cerca de R\$ 2 bilhões para a Petrobrás. Na época, com o fechamento do crédito no exterior, a estatal teve de buscar ajuda de emergência na Caixa para fechar o caixa.

O dinheiro foi destinado a operações corriqueiras, como pagamento de impostos. De prazo longo, essa operação inflou o prazo médio dos empréstimos às empresas, que passou para 343 dias em junho, ante 228 dias em maio.

O outro impulso para levar os bancos públicos à liderança foi dado pelo crédito para habitação da Caixa Econômica Federal.

[<volta>](#)

## **O Estado de S. Paulo**

28 de julho

### *Belo Monte depende da 'mão forte do governo'*

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, afirmou ontem que "sem a mão forte do governo", a usina de Belo Monte, com capacidade para gerar 11 mil megawatts (MW), não sairia do papel.

Ressaltando que a usina de Belo Monte é uma obra "complicadíssima", localizada numa área complexa, ele avaliou que "não bastará apenas a participação do governo no empreendimento apenas por meio de seu braço estatal, a Eletrobrás". "Vai precisar de ação permanente do governo. É uma usina que, se você largar, não vai sair."

Tolmasquim disse que, além de todas as condicionantes que os investidores terão de fazer durante a obra para atender a região, o governo também deve dar sua parcela de contribuição. Segundo ele, não bastam as "casas de alvenaria", que os investidores vão construir para a população que vai ser desalojada. "É preciso que o governo também coloque recursos."

O comentário de Tolmasquim respondeu a questões levantadas durante evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef), sobre a forte participação do Estado nos empreendimentos de energia no Brasil. O presidente da EPE discordou da afirmação, e disse que a maior parte dos empreendimentos que vêm sendo realizados no Brasil está nas mãos da iniciativa privada, "com exceção de Belo Monte".

Ainda assim, lembrou, Belo Monte tem vários sócios da iniciativa privada. A formação da SPE de Belo Monte foi aprovada na semana retrasada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A sociedade foi montada com Eletrobrás (15%), Chesf (15%), Eletronorte (19,98%), Petros (10%), Bolzano Participações (fundo formado por Previ e Iberdrola, com 10%), Funcef (2,5%), Caixa FI Cevix (parceria da Funcef com Engevix, tem 5%), J. Malucelli Energia (0,25%), Gaia (9%), Sinobrás (1%), Queiroz Galvão (2,51%), OAS (2,51%), Contem Construções (1,25%), Cetenco Engenharia (1,25%), Galvão Engenharia (1,25%), J. Malucelli Construtora (1%), Mendes Júnior (1,25%) e Serveng (1,25%).

[<volta>](#)

## **O Globo**

28 de julho

### *Cai tributo para imóvel de até R\$ 75 mil*

Limite maior no Minha Casa, Minha Vida levará à renúncia de R\$ 20 milhões

O programa Minha Casa, Minha Vida acaba de ganhar novo incentivo do governo.

A partir de hoje, o valor dos imóveis destinados à população de baixa renda sobre os quais incidem menos impostos subirá de R\$ 60 mil para R\$ 75 mil.

Isso permitirá que as construtoras possam erguer estas habitações pagando 1% em tributos federais (PIS, Cofins, CSLL e IR).

Acima desse teto, ou seja, para os imóveis que estão fora do Regime Especial de Tributação (RET), está mantido o recolhimento de 6% em impostos federais.

A iniciativa, que representará uma renúncia fiscal de R\$ 20 milhões este ano, consta de medida provisória (MP) assinada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ser publicada no Diário Oficial hoje, junto com outras medidas tributárias.

O novo limite se justifica pela forte demanda do programa e o consequente aumento de preços dos terrenos e das construções disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Também está prevista na MP, que tem como um dos focos a inovação da indústria

brasileira, a eliminação do chamado redutor do imposto de importação sobre autopeças. Com isso, as importações de peças estrangeiras vão ficar mais caras e o governo passará a arrecadar mais R\$ 132 milhões este ano.

Outra iniciativa da MP, que já havia sido anunciada no pacote de incentivo às exportações, é a desoneração do IR e da CSLL sobre subvenção econômica, recursos concedidos pelo próprio governo a empresas para financiar a pesquisa tecnológica.

[<volta>](#)

## **Jornal do Brasil**

28 de julho

### *Belo Monte deve entrar em obras seis meses antes*

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingú (PA), poderá ser antecipada em seis meses, de acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. Mas ele reforça que a obra vai precisar de investimentos governamentais para sair do papel.

Segundo Tolmasquim, a primeira máquina da usina deverá entrar em operação em meados de 2014 e não em 2015, como está previsto em contrato, já que a Licença de Instalação (LI) deve ser antecipada do fim do ano para outubro.

Tolmasquim disse que as dificuldades enfrentadas pelo governo para obter licenças para as hidrelétricas, em função de restrições ambientais, podem trazer a necessidade de novas termoeletricas, contrariando as diretrizes do governo de investir apenas em energia renovável.

Eu tenho escutado o grupo vencedor falar em até seis meses, era 2015 e seria meados de 2014 a primeira máquina disse Tolmasquim em palestra no Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef).

Além da compensação ambiental que os empreendedores que ganharam o leilão de Belo Monte terão que fazer, a União também vai entrar com recursos e criar um ambiente propício para o desenvolvimento da região, com a construção de estradas e novas moradias.

É uma usina complicadíssima, em um lugar complicado que vai precisar de ação permanente do governo. É uma usina que se você largar, não vai sair declarou Tolmasquim.

Desde o leilão, em abril, o setor privado ampliou os participantes e o governo ficou com quase a metade do custo da construção. São 18 investidores, entre as três estatais Eletrobras, Chesf e Eletronorte que ficarão com 49,98%. A capacidade média instalada de Belo Monte é de 11 mil megawatts (MW), mas ela vai gerar apenas 4.571 MW médios, já que não terá reservatório.

O presidente da EPE também informou, que após o atraso de quase um ano, a linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus que será responsável por diminuir a dependência do óleo na região receberá as licenças ambientais para construção em breve. Segundo ele, cerca de 59% do potencial hidrelétrico não utilizado do país está na região, onde só é aproveitada 7% da capacidade.

[<volta>](#)

## **Valor Econômico**

28 de julho

### *Cresce interesse chinês no minério brasileiro*

Os chineses estão de olho no mercado brasileiro, principalmente na área de mineração. Em 2010, segundo levantamento da Heritage Foundation e da consultoria Strategus, os investidores asiáticos já gastaram quase US\$ 7 bilhões em compras de ativos no Brasil, dos quais US\$ 2 bilhões na aquisição de três minas de minério de ferro. Foram adquiridos 20% da MMX Mineração pela siderúrgica Wuhan; a mina de Itaminas, em Minas Gerais, adquirida por US\$ 1,2 bilhão; e outra mina de minério de ferro, de propriedade da Votorantim Novos Negócios, do projeto Salinas, na Bahia, terá a negociação concluída com a Shandong Iron & Steel após a finalização dos estudos de viabilidade e geológicos em andamento, informou Rodrigo Maciel, consultor de mineração e siderurgia da Strategus.

O executivo, que trabalhou durante quatro anos no Conselho Empresarial Brasil-China, visita aquele país pelo menos cinco vezes ao ano. Maciel disse que atualmente o interesse dos investidores chineses pelas minas brasileiras aumentou bastante e, no mínimo, duas delegações de empresas chinesas têm aportado mensalmente no Brasil em busca de oportunidades de negócios no setor. O consultor não vê com o mesmo entusiasmo investimentos chineses em usinas siderúrgicas no Brasil, já que a China tem um excedente de capacidade nominal de produção de aço calculado entre 100 milhões a 200 milhões de toneladas anuais.

Na sua análise, a construção de uma usina de aço pela Wuhan, no Porto Açu, em São João da Barra (RJ), é uma diversificação estratégica dos chineses para vender placas e produtos acabados de aço no mercado brasileiro, dadas as boas perspectivas da demanda doméstica nacional aquecida pelos eventos da Copa do Mundo, em 2014, das Olimpíadas em 2016, e dos negócios com o Pré-Sal. "Em geral, os chineses acham que investir em indústria no Brasil, principalmente aço, é problemático por causa da tributação e dificuldade para trazer trabalhadores chineses para o país."

A perspectiva de desaquecimento da economia da China no curto prazo, fantasma que voltou a assustar os mercados na semana passada, é vista por Maciel como remota. Em estudo de sua autoria, intitulado "Por quê a China está olhando a América Latina?", o executivo levanta o fato de o gigante asiático ser menos movido a exportações do que em geral se supõe. "As principais alavancas do crescimento do PIB chinês nos

últimos 20 anos são o investimento fixo - com construção (civil e pesada) respondendo por 65% - e o consumo das famílias - incluindo despesas do governo."

O investimento, principalmente em infraestrutura, garante o andamento do colossal plano de urbanização do governo chinês, destaca o executivo. De acordo com pesquisa da consultoria McKinsey, citada no paper de Maciel, as autoridades chinesas planejam transferir 400 milhões de pessoas do campo para a cidade até 2025, o equivalente a dois Brasis. A meta das autoridades locais é ter 64% da população vivendo em centros urbanos nos próximos 15 anos.

"Esse processo pode levar a uma mudança qualitativa de hábitos de consumo na transição da vida rural para a vida urbana", comenta Maciel. Para ele, o fato indica mais consumo e conseqüentemente maior produção de bens duráveis como geladeiras, fogões, máquinas de lavar e automóveis, dentre outros. "A produção de veículos em 2025 está sendo estimada em 32 milhões de veículos contra os 16 milhões atuais, ou seja o dobro". O processo de urbanização inclui ainda a proliferação de novas cidades na China. Pesquisa citada por Maciel, estima que o número de megacidades com mais de 10 milhões de habitantes vai saltar de duas, em 2005, para oito, em 2025. Os municípios considerados grandes, com população entre 5 a 10 milhões de pessoas, vão aumentar de 12 para 15 no período avaliado. As cidades de médio porte (entre 1,5 milhão e 5 milhões de habitantes) são as que vão expandir mais, de 69 para 115.

"Esse processo de urbanização, já em marcha, garante à China potencial para manter crescimento sustentável pelos próximos 15 anos, demandante de minério de ferro e aço", prevê Maciel. Segundo ele, relatórios do Banco Mundial e do Fórum Econômico Mundial projetam patamar de crescimento do PIB chinês entre 2020-2025 na casa de 7% a 9%, abaixo dos atuais 10% a 11%, mas ainda razoável para um país mastodôntico como a China, onde tudo é colossal.

[<volta>](#)

## **Valor Econômico**

28 de julho

### ***MP amplia isenção para o "Minha Casa" e concede desonerações para a Copa***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem medida provisória que concede desoneração de tributos para projetos de inovação tecnológica, para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e produtos para exportação. O governo também fixou na MP o cronograma de quatro etapas, até maio de 2011, para o fim do desconto dos impostos de importação de autopeças, que significará aumento do custo da produção interna de veículos. A medida beneficiará os fornecedores locais de autopeças que estavam perdendo espaço para empresas estrangeiras.

A MP desonera do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as subvenções econômicas concedidas pelo governo para as empresas investirem em

novas tecnologias. Ela cria o "drawback isenção", permitindo que os exportadores comprem em insumos o mesmo valor do imposto pago na exportação, amplia de R\$ 60 mil para R\$ 75 mil o valor máximo dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida isentos de impostos, e desonera os materiais de construção, bens e serviços para as empresas que construírem, reformarem ou modernizarem os estádios para a Copa de 2014.

Nos próximos dias será divulgado um edital para escolha de beneficiários de financiamentos da Finep no valor de R\$ 500 milhões. Serão contemplados projetos de pesquisa em tecnologia da informação e comunicação, energia renovável, nanotecnologia e biotecnologia, saúde, defesa e desenvolvimento social.

No edital estão previstos os recursos destinados às pesquisas do carro elétrico, que será híbrido (eletricidade/flex), mas a reunião específica para tratar do assunto, envolvendo o presidente Lula e diversos ministros, foi adiada para um outro dia. "Esse assunto é importante e está sendo discutido pelo governo. A implantação do carro elétrico pode ser neste ou nos próximos anos", disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Barbosa explicou que a isenção do Imposto de Renda e CSLL das subvenções concedidas para as empresas investirem em inovação evitará a tributação dos recursos no exercício fiscal seguinte ao que foram concedidos. Hoje, quando uma empresa consegue uma subvenção econômica para um exercício fiscal e não a utiliza integralmente no mesmo ano, ela passa a ser considerado lucro no exercício seguinte e pagará imposto.

O governo criou também o "drawback suspensão", como um complemento ao "drawback isenção". Quando um empresário importa um insumo para fabricar um produto destinado à exportação, hoje ele tem isenção do imposto de importação. Pela nova medida, ele poderá ter, como crédito para compra de novos insumos, o mesmo valor do imposto pago quando vender aquele produto para o exterior. "No caso dos navios e plataformas, essa reposição era mais lenta. Para automóveis, celulares e computadores, o processo é mais rápido", explicou Barbosa.

O governo também eliminará o redutor de 40% no imposto de importação de autopeças de forma gradual até maio de 2011. O cronograma prevê redução para 30% em 1º de agosto e 20% em 1º de abril. Essa mudança permitirá um acréscimo de R\$ 132 milhões nas receitas do governo.

O governo antecipou, também, outras duas ações tributárias previstas anteriormente. Aumentou de R\$ 60 mil para R\$ 75 mil o valor máximo dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida sujeitos à desoneração de PIS/Cofins, CSLL e Imposto de Renda. As alíquotas desses impostos cairá de 6% para 1%. O aumento do teto do imóvel seria incluído apenas no Programa Minha Casa, Minha Vida 2, que ainda não foi elaborado. Com a MP, passa a valer para os contratos já em vigor.

Outra medida foi a inclusão na MP da desoneração de materiais, bens e serviços para as empresas construírem, modernizarem e reformarem estádios da Copa 2014, o que representa uma renúncia fiscal de R\$ 350 milhões entre 2010 e 2014 (R\$ 35 milhões apenas neste ano). Essa desoneração (PIS/Cofins, IPI e II) estava previsto em projeto

de lei. Como os Estados aguardavam essa medida para desonerar do ICMS os mesmos produtos, o governo incluiu a iniciativa na medida provisória.

[<volta>](#)

## **Valor Econômico**

28 de julho

### *Novo plano do setor pede maior agregação de valor no país*

O Plano Mineral 2030, que será lançado na segunda quinzena de agosto, estima que a produção brasileira de minério de ferro vai atingir 1 bilhão de toneladas ao ano daqui a 20 anos. O volume estimado é 150% superior às cerca de 400 milhões de toneladas produzidas no ano passado. Já a produção de aço deverá crescer 288,67%, passando das 26,5 milhões de toneladas de 2009 para 103 milhões de toneladas em 2030.

Os dados preliminares foram apresentados ontem pelo diretor de transformação e tecnologia mineral do Ministério de Minas e Energia, Fernando Lins, durante o 65º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Metalurgia, Minerais e Mineração (ABM), no Rio. Ele defendeu ainda a maior agregação de valor ao minério extraído no país. Segundo Lins, o Brasil exportou no ano passado 282 milhões de toneladas de minério de ferro, o que gerou US\$ 16 bilhões em recursos. Porém, afirmou, isso significou exportação de 350 mil empregos para a produção de aço em outros países.

Lins lembrou que para cada um milhão de toneladas de minério de ferro produzidas são gerados 100 empregos, enquanto na siderurgia chega a 2000 empregos para 1 milhão de toneladas de aço. Na cadeia do alumínio, a mineração de bauxita gera 120 empregos por milhão de toneladas, enquanto a metalurgia de alumínio gera 11 mil empregos para o mesmo volume. Isso teria levado à exportação de outros 15 mil empregos.

"Quando o minério sai direto da mina (para o exterior), gera tudo isso (em emprego) lá fora. Deve haver uma preocupação em incentivar a agregação de valor no país", frisou Lins, para quem apenas o Congresso teria poderes de fazer mudanças na tributação do setor mineral para incentivar a agregação de valor no país.

Segundo ele, a exportação de minério tem o benefício da desoneração de ICMS e uma empresa que exporta diretamente a produção paga entre 18% e 20% de impostos.

Já uma siderúrgica, que agrega valor no país, tem carga tributária de 35% a 38%. "A questão é complexa e a solução não é trivial", observou, lembrando que a indústria mineral responde por cerca de 4,2% do PIB do país.

Os dados preliminares do Plano Mineral 2030 consideram expansão do PIB do país a uma taxa de 5,1% ao ano, enquanto a economia mundial deverá avançar na média de

3,8% ao ano. Com isso, o país deverá passar de um PIB de US\$ 1,65 trilhão estimado para este ano para US\$ 4,47 trilhões em 2030.

<volta>

## **Folha de S. Paulo**

28 de julho

### *ANTT remarca edital de linhas rodoviárias para novembro*

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) lança edital até novembro ano para distribuir as mais de 2.500 linhas de viagens interestaduais entre as empresas do país. Essa data é a terceira tentativa da agência para regulamentar o transporte interestadual. Desde 2008 as empresas do setor estão operando mediante licenças especiais da ANTT, que terminam em 2011. Embora as regras do edital ainda não estejam definidas, a agência quer induzir as empresas a modernizar a frota de ônibus e aumentar a segurança.

Uma das exigências deverá ser de idade máxima da frota. A ANTT pretende estipular um limite de dez anos para os veículos. Atualmente há ônibus de 30 anos circulando pelas estradas do país e cerca de 40% da frota tem mais de dez anos. Com carros mais novos, os riscos de acidentes e de quebra dos veículos diminuem. Se for confirmado o novo limite de idade do veículo, até a assinatura dos contratos (provavelmente em 2012), quase metade da frota terá de ser substituída.

A segunda alteração que o edital deverá trazer é quanto ao rastreamento dos ônibus através de radares. As empresas seriam responsáveis pelas instalações desses equipamentos e os dados estariam disponíveis em tempo real para a ANTT. Com isso, toda a movimentação dos veículos seria monitorada, coibindo paradas indevidas, que aumentam o tempo da viagem, e dificultando roubos.

Para melhorar a prestação de serviço, alguns indicadores de regularidade e pontualidade, inexistentes hoje, serão incluídos no edital. Atualmente, a empresa não é obrigada a cumprir exatamente o horário marcado no bilhete vendido ao consumidor. Uma forma de aumentar a concorrência será a obrigatoriedade de, em determinados trechos, haver mais de duas empresas operando.

O adiamento do edital, por duas vezes anunciado (uma no ano passado e outra neste ano) ocorreu porque a agência constatou inconsistências entre os resultados obtidos e os dados fornecidos pelas permissionárias. Sem ter uma boa avaliação do setor, a ANTT encomendou um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para verificar a demanda, as rotas, o número de passageiros, de empresas e as linhas do país. Previsto para ser concluído em abril, o estudo só deverá ser entregue em agosto. Com essa radiografia, a agência definirá a licitação.

Os dados atuais são muito defasados. Levando em conta o número de passageiros informado pelas empresas, somente 40% da frota registrada na ANTT seria suficiente para levar todos os viajantes, avaliam os técnicos. Em setembro a agência pretende

colocar o edital em audiência pública. Em outubro, o material deverá ser enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a ANTT planeja publicar o edital em novembro. Se todos os prazos forem cumpridos, os leilões podem ocorrer em março de 2011.

A proposta é que sejam licitados lotes contendo várias linhas, alternando trechos mais rentáveis com outros menos lucrativos para evitar que as companhias operem apenas em percursos atrativos. Até 2001, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) era o responsável por autorizar as empresas a operar os trechos, muitas vezes concedidos sem concorrência.

[<volta>](#)

## **Folha de S. Paulo**

28 de julho

### *Aneel aprova nova antecipação para a usina de Santo Antônio*

A concessionária Santo Antônio Energia teve ontem aprovada, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a antecipação em um ano do início das operações da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO). O empreendimento vai gerar os primeiros megawatts em dezembro de 2011, mas não foi estimado ainda o ganho para a concessionária, já que essa energia será vendida no mercado livre. Mas a própria Santo Antônio informou à agência reguladora que as empresas transmissoras terão uma receita extra de R\$ 340 milhões.

Pelo contrato EPC (obras civis, equipamentos e montagem) da obra, toda receita obtida com a venda de energia que fosse gerada antes de maio de 2012 seria repartida entre a construtora e todos os fornecedores de equipamentos. O edital de licitação da usina previa inicialmente a entrega do empreendimento em dezembro de 2012. Mas já no leilão, o grupo vencedor deu o lance prevendo a antecipação para maio de 2012. E o prazo foi mais uma vez antecipado agora, para dezembro de 2011.

Desde o ano passado a concessionária Santo Antônio Energia negociava a antecipação com os órgãos do governo, já que depende das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional. O diretor da agência Julião Coelho, que foi o relator do processo na Aneel, considerou pertinentes as vantagens apontadas pelos sócios da Santo Antônio Energia - Odebrecht, Furnas, Andrade Gutierrez, Cemig e o Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (integrado pelo FI-FGTS e pelo banco Banif).

Um dos pontos destacados foi a possibilidade de adiamento da expansão da capacidade de geração térmica no país, tirando a prioridade da realização de leilões nessa área até dezembro desse ano. A hidrelétrica, quando estiver operando a plena capacidade, poderá gerar 3.150 MW de energia e vai requerer investimentos de R\$ 13,5 bilhões.

[<volta>](#)

## Folha de S. Paulo

28 de julho

### *Bancos públicos dão crédito ao pré-sal*

Os bancos públicos entraram com força no pré-sal. Depois de o Banco do Brasil estruturar uma área para atuar com empresas fornecedoras da Petrobras, agora é a vez da Caixa Econômica Federal criar uma superintendência regional específica para atender à cadeia de petróleo e voltar a conceder empréstimos diretamente para a estatal.

Os dois bancos estão interessados num setor que deve atrair US\$ 220 bilhões nos próximos anos, segundo estimativas oficiais, e que movimenta cerca de 80 mil empresas dentro da cadeia produtiva do óleo e gás. De acordo com o superintendente da Caixa, Edalmo Porto Rangel, o próprio governo tem estimulado esse trabalho conjunto.

"As estatais brasileiras sempre tiveram uma certa falta de sincronia. De uns tempos para cá, o próprio governo tem determinado às estatais que trabalhem de uma maneira mais convergente, mais integrada, mais alinhada. Isso é positivo, porque BNDES, Caixa, Petrobras e Banco do Brasil são empresas de muita força."

A Superintendência Petrobras/BNDES, alocada num prédio próximo à estatal, foi criada em fevereiro para atuar no financiando desde pequenos fornecedores até estaleiros interessados na expansão do setor. A nova divisão da Caixa já conta com R\$ 2 bilhões em projetos concluídos ou em análise para este ano.

O relacionamento mais estreito entre a Caixa e a Petrobras começou em 2008, num episódio bastante criticado pelo mercado, quando a instituição financeira socorreu com R\$ 2 bilhões a petroleira, que enfrentava problemas de liquidez. Desde então, a proximidade foi se ampliando, até a criação da área exclusivamente dedicada ao setor.

No mês passado, nova concessão foi feita à Petrobras, por meio de uma nota de crédito à exportação (NCE), também de R\$ 2 bilhões - operação identificada pelo Banco Central como uma das grandes transações que puxaram os dados de empréstimos às empresas no último mês.

Já no Banco do Brasil, a área de petróleo e gás é mais antiga, de 2007, e o saldo de empréstimos girava ao redor de R\$ 2 bilhões, de acordo com dados do primeiro trimestre, diz Walter Malieni, diretor de crédito. O BB também tem R\$ 2,5 bilhões em operações com funding do Fundo da Marinha Mercante (FMM) - recentemente capitalizado pela União.

O BB tem mais experiência em financiar grande projetos. A Caixa, ao contrário, sempre trabalhou repassando recursos para obras já iniciadas, como na construção civil, por exemplo. Para financiamento da infraestrutura de portos e navios, no entanto, a instituição terá de adiantar recursos, coisa que nunca fez.

Para dar conta da nova missão, a Caixa prepara o primeiro empréstimo da sua história com créditos a performar, que deve sair em setembro. "A área de risco está avaliando como fazer. Temos três pilotos com empresas para testar a solução. Até setembro devemos começar a usar a nova modelagem tanto com recursos próprios quando de repasses do BNDES", explica Rangel.

O foco, num primeiro momento, serão pequenas e médias empresas, mas a instituição também pretende concluir, até o próximo mês, a filiação ao FMM, para financiar operações de grande porte, como estaleiros. "Começam a estudar os projetos e avaliar prazos, carência e taxas", continua Rangel.

Ainda assim, esses recursos não serão suficientes, diz Rangel, e a Caixa também estuda formas alternativas de funding. "Mesmo se os bancos se unissem, o crédito típico apenas não seria suficiente para financiar os investimentos do pré-sal. Vamos ter de buscar recursos no mercado de capitais, com outras engenharia financeiras", afirma.

O primeiro Fundo de Investimento em Participações (FIP), de R\$ 400 milhões, já está em operação para financiar a construção de sondas. Um novo fundo, de R\$ 1,5 bilhão, deve sair até setembro, com aplicações de investidores institucionais, para atuar em todo o setor de óleo e gás.

A Caixa quer ainda fomentar o desenvolvimento urbano das regiões com exploração de petróleo para evitar que o fenômeno de degradação ocorra nas cidades onde a exploração será intensa. Para isso a instituição quer financiar a infraestrutura e a habitação em locais onde serão construídos estaleiros e complexos petroquímicos, como Suape, Rio Grande, Niterói, Natal, Salvador, entre outros.

Mesmo com todo o esforço dos bancos públicos, os investimentos destinados ao setor deram uma esfriada nas últimas semanas, por causa do adiamento da oferta de ações da Petrobras. "Os investimentos vão depender da capacidade de investimento da Petrobras. Há um burburinho porque o pessoal quer entender como fica a situação", diz uma fonte de mercado.

[<volta>](#)

## **Folha de S. Paulo**

28 de julho

### ***BNDES vai liberar R\$ 16 bi para energia***

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prevê uma expansão de 17% na concessão de crédito para o setor de energia elétrica neste ano. A estimativa do banco aponta desembolsos de R\$ 16 bilhões para projetos de usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e outros, contra a liberação de R\$ 13,7 bilhões em 2009. Em 2008, os desembolsos haviam somado R\$ 8,5 bilhões.

Segundo o gerente do Departamento de Energia do BNDES, Alexandre Espósito, o crescimento do volume de recursos liberados para o setor se deve à inclusão de

grandes projetos na carteira de financiamento do banco nos últimos anos, cujas obras começam a deslançar agora. É o caso, por exemplo, das duas usinas do rio Madeira que estão em construção.

De 2003 a 2007, o BNDES emprestou R\$ 62 bilhões para projetos com capacidade de geração de 26 mil MW, dos quais 20 mil MW são de usinas hidrelétricas.

[<volta>](#)

## **Diário do Comércio**

28 de julho

### *Belo Monte fora dos padrões, diz EPE*

*"É uma usina que se você Estado largar não vai sair", disse Tolmasquim.*

**Rio de Janeiro** - O presidente da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, reconheceu ontem que a usina de Belo Monte, licitada neste ano, está "fora do padrão do investimento privado", justificando a pesada participação de estatais e fundos de pensão no projeto.

"É uma usina que se você Estado largar não vai sair", disse Tolmasquim, em referência ao gigantismo do projeto. A usina terá capacidade de geração de 11.000 MW e será a segunda maior do país, atrás de Itaipu.

O Estado responderá 77,5% do investimento total, orçado entre R\$ 19 bilhões e R\$ 25 bilhões. A participação estatal direta e indireta aumentou com a entrada de fundos de pensão ligados a empresas federais, como Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica Federal), além do Fundo de Investimento FGTS, administrado pela CEF.

Originalmente, as estatais do grupo Eletrobras tinham 49,98% do empreendimento. Os 50,02% do bloco de controle estavam divididos entre investidores privados das áreas de construção e engenharia e empresas interessadas na produção de energia para consumo próprio (autoprodutores). Mas estes grupos abriram espaço para os fundos de pensão -que têm 27,5% de participação atualmente.

Tolmasquim rechaçou, porém, que haja uma tendência de "estatização" do setor elétrico. Citou que nas duas usinas do rio Madeira, por exemplo, o controle é privado: da Odebrecht e da Suez. "Não tem como pensar em crescimento do investimento no setor sem o capital privado", disse.

**Leilões** - Sobre o leilão de concessão de quatro usinas hidrelétricas que acontecerá nesta sexta-feira, Tolmasquim disse que haverá competição e interesse da iniciativa privada. Pelas novas regras em vigor, porém, o governo não anuncia mais os grupos pré-qualificados pela disputa.

As quatro usinas vão entrar em operação em 2015. Outras nove hidrelétricas serão licitadas no final deste ano também para começarem a produzir energia em cinco anos.

Tolmasquim não descartou a possibilidade de realizar ainda neste ano um leilão de termelétricas - o que havia sido desconsiderado pela EPE -, caso haja necessidade de complementar a oferta de energia. No começo do ano, a EPE divulgou que toda a expansão da oferta de energia seria coberta apenas por fontes renováveis de energia elétrica.

[<volta>](#)

## **Diário do Comércio**

28 de julho

### *Vendas de materiais crescem*

As vendas de materiais básicos para o setor de construção civil, como brita, areia, tijolos, vergalhões e tubos de PVC cresceram até 30% entre janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período do ano passado nas lojas de materiais de construção da Capital. Os itens são os principais responsáveis pelo incremento dos negócios no período, segundo empresários do setor, que atribuem o desempenho à expansão das linhas de crédito aos consumidores, tanto por bancos quanto por financeiras.

De acordo com o diretor da Continental Materiais de Construção, com quatro lojas na Capital, Eduardo Filizola, as vendas de produtos básicos registraram expansão de 30% nos primeiros seis meses deste ano frente o mesmo intervalo do ano passado. Na seqüência os itens de acabamento registraram a segunda maior alta (8%), com destaque para comercialização de cerâmicas.

"Estamos vendendo muito mais materiais básicos neste exercício do que vendemos no ano anterior. A expansão do mercado de construção, em todos os níveis, tem refletido diretamente nos nossos negócios", afirmou Filizola.

De acordo com ele, a maior facilidade na obtenção de linhas de crédito em financeiras e bancos tem motivado os consumidores e empresários a retomarem projetos de ampliação e reforma de unidades residenciais e comerciais. "O volume de financiamentos tem ajudado bastante. Os grandes bancos estão disponibilizando cada vez mais recursos", observou.

**Financiamentos** - Conforme Filizola, 40% das vendas nas unidades da Continental Materiais de Construção são realizadas através de financiamentos. "Este incentivo é muito importante para o nosso segmento. Historicamente este tipo de venda lidera o mercado", disse.

Segundo ele, de uma forma geral, as vendas do primeiro semestre deste ano foram 17% superiores às de janeiro a junho do ano passado. "Existe uma demanda reprimida

de materiais de construção muito grande no Brasil. Quando a economia aquece, muita gente resolve reformar ou mesmo construir", disse.

Na Cerâmica Nacionais Reunidas (CNR), com oito unidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), as vendas de materiais básicos para construção cresceram 20% na mesma base de comparação, com destaque para a comercialização de cimento, argamassa e tubos de PVC.

O diretor comercial da empresa, Cristiano Lana Vasconcelos, é outro que atribui a expansão destas vendas à facilidade na obtenção de financiamentos. "Este fator é o que mais ajuda o nosso segmento. Inclusive estamos aproveitando que o mercado está favorável para a comercialização destes produtos para darmos mais visibilidade a eles dentro dos estabelecimentos", disse.

Conforme Vasconcelos, ao todo, no acumulado do ano as vendas cresceram 13% na comparação com o mesmo período do exercício passado. Depois dos itens básicos, ele disse que o principal incremento foi observado na comercialização de produtos para acabamento como pias, sanitários, vasos e lavabos.

Neste caso, Vasconcelos disse que a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que para o setor vigorou de novembro de 2009 a março deste ano, ajudou os negócios. "Estes também são itens que registraram alta significativa nas vendas", disse.

Cimento, areia e tijolos foram os líderes de vendas na Casa Moderna Materiais de Construção, nos primeiros seis meses deste ano, segundo informou o proprietário do estabelecimento, José Divino Gonçalves. Segundo ele, a comercialização destes produtos teve alta de 10% em relação ao mesmo período de 2009.

"A saída de produtos básicos aumentou bastante. O impulso foi provocado pelo aumento de atividades do setor de construção civil no país. Esse contexto favorece os nossos negócios. O déficit de moradias no Brasil ainda é muito grande e o volume de obras cresceu bastante", disse.

Na análise geral, Gonçalves disse que o volume de vendas dos primeiros seis meses deste ano se manteve estável em relação aos mesmos meses do ano anterior. "Temos expectativa de crescimento a partir do segundo semestre, que, tradicionalmente, é melhor para nosso segmento", afirmou.

Segundo informações da Associação do Comércio de Materiais de Construção de Minas Gerais (Acomac-MG), a perspectiva de faturamento do setor para o ano é positiva. Recentemente a entidade revisou para cima a projeção de crescimento do segmento em 2010. Ao invés de 10%, a previsão agora é que as vendas no Estado sejam pelo menos 15% superiores às registradas em 2009.

A expectativa da entidade é mais otimista do que a da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), que prevê incremento de 11% nos negócios em 2010, ante o exercício passado

## **Webtranspo**

28 de julho

### *VLT: movido por eletricidade ou diesel?*

Com o incremento das obras de mobilidade no País, um sistema de transporte com maior capacidade e menor custo de implantação tem ganhado espaço no mercado brasileiro: o VLT (Veículo Leve Sobre Trilho).

Para atender a uma demanda cada vez mais crescente, diversas empresas mundiais têm apostado no potencial brasileiro. Siemens, Alstom e Bombardier, por exemplo, são gigantes que se interessam pelos projetos deste tipo no País – apostando na energia elétrica para conquistar novos clientes. Já a Bom Sinal, empresa brasileira que também investe neste nicho, oferece ao mercado VLTs movidos a diesel ou biodiesel.

Para José Baião, presidente da Aeamesp (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô), por uma questão histórica, a tendência é que os sistemas elétricos sejam a maioria a entrar em operação em território nacional.

“No passado, tivemos uma boa experiência com os bondes elétricos. Entretanto, este modelo de transporte foi abolido. Já na Europa, os VLTs em operação são a evolução do sistema de bondes. Por isso, devido à vivência e ao êxito obtido no passado os brasileiros devem optar pelo sistema elétrico”, argumenta.

Todavia, a Bom Sinal tem abocanhado bons negócios no Nordeste brasileiro. Recentemente, a companhia entregou as composições que integram o sistema de VLTs do Ceará. Além disso, foi a vencedora dos contratos para fornecer o sistema à Maceió e Recife (PE).

“O sistema movido a diesel é muito positivo para regiões menores, pois estas não possuem grandes centros poluidores. Além disso, as composições são renovadas sem a necessidade de modificações drásticas das vias de circulação”, explica Baião.

### **Contras do elétrico**

Segundo projeções da Bom Sinal, a diferença entre a implantação de um VLT Elétrico e o diesel é que o custo do primeiro supera em US\$ 20 milhões, por quilômetro, o valor do sistema nacional. (\*)

Porém, Juarez Barcellos, gerente de Vendas da Siemens, destaca que “o custo de implantação do sistema depende, sobretudo, das características da linha a ser construída, podendo variar dependendo do tipo de solo, ocupação e necessidade de desapropriação, demanda estimada para o sistema, comprimento da linha, compartilhamento da faixa e volume de obras de arte, entre outros fatores”.

Baião é enfático ao defender que para as grandes cidades a melhor opção é o sistema elétrico. “Nossas metrópoles já sofrem demais com a poluição dos automóveis,

caminhões e ônibus. Não seria admissível um sistema que colaborasse com este problema”, destaca.

[<volta>](#)

## **Agora-MS**

28 de julho

### *Secretaria de obras realiza recuperação de estradas e manutenção de ruas do Debrasa*

A Secretaria Municipal de Obras, que tem como secretário o Engenheiro Mehdy Talayeh, e como diretor Donizete Rodrigues, juntamente com toda sua equipe tem trabalhado arduamente a fim de manter as estradas da zona rural do município de Brasilândia, em condições favoráveis para o tráfego seguro e tranquilo da população rural.

As estradas que por motivos de chuvas estavam deixando alguns trechos em condições precárias, estão recebendo manutenção e recuperação diariamente a aproximadamente um mês.

Nesta última semana do mês de julho (de 26 a 30), a Secretaria de obras estará realizando a recuperação de um trecho de aproximadamente 5 km da estrada que liga a Fazenda Sertanejo sentido Pontal.

Além da recuperação das estradas, farão o serviço rotineiro da secretaria, onde estarão com pessoal no Distrito Debrasa fazendo a recuperação das ruas e limpeza do referido distrito, além da manutenção e limpeza na Rede de Esgoto no Município.

[<volta>](#)

## **Gazeta Digital**

28 de julho

### *Em Nortelândia estradas serão recuperadas*

A prefeitura municipal de Nortelândia (253 Km a médio-norte de Cuiabá) deu início a recuperação e construção de novas estradas do Assentamento Raimundo da Rocha (Barreirão), beneficiando mais de 190 famílias que residem na comunidade. O serviço vai melhorar o tráfego e transporte da produção local, facilitando o acesso à Cidade e vice-versa.

As obras iniciadas têm previsão para terminar em fevereiro de 2011, e ao final terão sido construídos 13,80 km e recuperados outros 14,16 km de estradas vicinais padrão alimentadora totalizando 27 Km beneficiados com a obra, num total de R\$ 361 mil reais.

Os recursos são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Governo Federal.

De acordo com a administração ao todo serão beneficiados aproximadamente 500 produtores rurais com o serviço que está sendo executado, em que foram utilizados recursos próprios na sua grande maioria e outros através de convênios com os Governos Estadual e Federal.

[<volta>](#)

## **A Tribuna Online**

28 de julho

### *Porto de Santos registra recorde de movimentação no primeiro semestre*

O Porto de Santos registrou recorde de movimentação no primeiro semestre deste ano com a operação de 44,8 milhões de toneladas. O valor supera em 16,6% o verificado no mesmo período de 2009, quando foram transportadas 38,4 milhões de toneladas. Com o resultado positivo, a Codesp já recalculou a projeção anual, que deverá exceder os 93 milhões de toneladas. Até maio, a previsão da Docas era fechar o ano com 92,8 milhões de toneladas.

O crescimento dos primeiros seis meses de 2010 foi alavancado, sobretudo, pelas importações, que tiveram incremento de 49,6% de janeiro a junho últimos. Ao todo, foram importadas 14,6 milhões de toneladas. Já as exportações aumentaram em 5,3%, com a venda de 30,1 milhões de toneladas.

Segundo a Codesp, todos os totais mensais registrados nos primeiros seis meses de 2010 foram recorde entre seus respectivos meses.

Neste cenário, a carga containerizada continua apontando crescimento de aproximadamente 17%, chegando a 1,2 milhão TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés). O resultado atinge patamar semelhante ao obtido em 2008 (1,2 milhão TEU), período anterior ao dos efeitos da crise econômica mundial.

De acordo com o balanço da Docas, os destaques entre as cargas de exportação ficaram com o açúcar (7,8 milhões de toneladas), commodity agrícola que mais se sobressaiu, com incremento em torno de 12,6% em relação a igual período de 2009 (7 milhões de toneladas); a soja em grãos, que atingiu 7,3 milhões de toneladas, 8,9% acima do ano passado; e a gasolina (686,3 mil de toneladas) que apresentou aumento de 25,4% em relação ao exercício anterior (547,1 mil toneladas).

Entre as cargas de importação tiveram relevância o carvão, com o aumento de 63,6%, devido à movimentação de 1,7 milhão de toneladas e as descargas de enxofre que subiram 63,8% com a operação de 941,4 mil toneladas.

Os embarques e desembarques de veículos também merecem destaque. As operações totalizaram 160,9 mil unidades. O volume é 85,1% superior ao de 2009, quando foram movimentados 86,9 mil veículos.

Apesar do significativo aumento na movimentação de cargas, o número de navios que aportaram no complexo diminuiu 2,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Para a estatal, a queda já denota os efeitos da manutenção das profundidades no canal de acesso ao cais santista.

Do total movimentado no semestre, a Carga Geral respondeu por 15,5 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 20,6% em relação a 2009 (12,8 milhões de toneladas); os Sólidos a Granel atingiram 21,7 milhões de toneladas, um aumento de 17,2% - em 2009 foram 8,5 milhões de toneladas; e os Líquidos a Granel chegaram a 7,5 milhões de toneladas, valor 7,4% superior às 6,9 milhões de toneladas verificadas nos seis primeiros meses do ano passado.

A navegação de longo curso respondeu pelo transporte de 39,7 milhões de toneladas de mercadorias (88,6%), enquanto a Cabotagem totalizou 5,1 milhões de toneladas (11,4%). O valor das cargas de exportação embarcadas em Santos de janeiro a junho totalizou US\$ 22,5 bilhões, enquanto o apurado nas importações chegou a US\$ 20,4 bilhões,. Os dois fluxos juntos atingiram US\$ 42,9 bilhões, o que representa 25,1% da Balança Comercial Brasileira.

As principais origens dos produtos que chegaram ao Porto de Santos foram os Estados Unidos (25,6% do total das importações), Argentina (8,6%), China (8,1%), Alemanha (4,4%) e Austrália (3,8%).

Os destinos das mercadorias exportadas através do complexo foram, principalmente, a China (24,1%), Países Baixos (7,0%), Rússia (4,6%), Estados Unidos (4,2%) e Índia (3,8%).

## **JUNHO**

Em junho, o Porto de Santos totalizou 8,2 milhões de toneladas. O volume é 14,6% maior do que o registrado no mesmo mês de 2009, quando foram operadas 7,2 milhões de toneladas. Essa foi a terceira melhor marca mensal da história do complexo, superada, apenas, por maio último (8,9 milhões de toneladas) e agosto de 2009 (8,3 milhões de toneladas). ]

Os embarques somaram 5,6 milhões de toneladas, ultrapassando em 4% o volume apurado em junho do ano passado (5,4 milhões de toneladas). Já as importações atingiram 2,5 milhões de toneladas, um incremento de 46,9%.

O açúcar apresentou um expressivo aumento de 32,4% nos volumes embarcados (2 milhões de toneladas) em comparação a 2009 (1,5 milhão de toneladas). Os destaques nas descargas ficaram com os crescimentos apontados pelo carvão (342,6 mil toneladas), de 154%; pelo enxofre (202,4 mil toneladas), de 114,7%; e pelo trigo (95,1 mil toneladas), de 81,3%.

Os embarques e descargas de contêineres aumentaram 18,9% em relação a 2009 (192,0 mil teus), atingindo 228,2 mil teus. O movimento de veículos também se destacou, totalizando 24,4 mil unidades movimentadas, garantindo um crescimento de 35,6%.

[<volta>](#)

## **O Estado de Minas**

28 de julho

### *Obra para substituir o perigoso Viaduto das Almas só fica pronta em 2011*

A novela de aposentadoria do Viaduto das Almas ganha capítulo extra, com duração de pelo menos 210 dias. Depois de adiar por seis vezes a inauguração do novo elevado, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) publicou edital destinado à contratação de empresa para “execução de serviços necessários à realização das obras de estabilização de taludes, melhoramentos de drenagem e segurança e recuperação de passivo ambiental e acessos ao viaduto Vila Rica, na BR-040”. O prazo dado à empresa para conclusão é de sete meses depois de assinatura do contrato, o que só deve ocorrer em meados de outubro. Com isso, a nova data de inauguração pode ser marcada para maio do ano que vem, já na gestão do sucessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além de mais um adiamento, o processo licitatório representa aumento de cerca de 70% nos valores desembolsados pelo governo federal para a construção da variante. Com 3,6 quilômetros de extensão, o acesso custou R\$ 19,5 milhões, e será necessário investir mais R\$ 13.919.124,68 nos serviços de estabilização de uma encosta, o que resultou na paralisação dos trabalhos, como havia revelado o Estado de Minas. Os funcionários da empresa contratada para construir a variante já não são vistos no local. Outros R\$ 20 milhões haviam sido gastos apenas para erguer o novo viaduto.

De acordo com edital publicado terça-feira no Diário Oficial da União (DOU), as propostas serão abertas em 26 de agosto, às 15h, na Comissão Geral de Cadastro e Licitações (CGCL), do Dnit, em Brasília. Aquela que apresentar o menor preço será escolhida para executar os serviços. Como ainda há prazo legal para recursos e análise das contestações após a homologação do vencedor da concorrência, o resultado da licitação deve se dar só em meados de outubro. O edital prevê obra de estabilização e contenção de taludes, escavação, carga e transporte de materiais, compactação de aterros, perfuração e execução de dreno.

O viaduto foi concluído há mais de um ano, mas o que parecia ser de simples resolução – a construção da variante – trava a liberação do complexo. Uma rachadura numa encosta, que terá que ser contida ou eliminada, provocou um desmoronamento na pista. No ano passado, uma falha geológica já havia causado uma erosão no km 593 da rodovia e obrigado o Dnit a alterar o traçado, pois seria mais barato mudar o percurso da nova estrada que neutralizar os efeitos do imenso buraco. O novo elevado, batizado como Viaduto Márcio Rocha Martins, substituirá o macabro Vila Rica e tem como principais características ser reto e largo. O antigo pontilhão, por onde trafegam

cerca de 15 mil veículos diariamente, foi construído na década de 1950 para ser o “charme” da antiga BR-3. Mas o traçado em curva acabou por ser o ponto crítico motivador de vários acidentes. Além disso, a ponte tem só nove metros de largura e uma faixa em cada sentido, o que põe em risco motoristas que se cruzam numa altura superior a 30 metros. Já o novo elevado tem 21 metros de largura.

[<volta>](#)

## **Jornal do Comercio-PE**

28 de julho

### *Suape pode virar economia mista*

Gestão e infraestrutura. São esses os dois principais pilares que sustentarão o desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário de Suape nos próximos 30 anos.

Em reta final de elaboração, o Plano Diretor (documento que apresenta as diretrizes técnicas a serem seguidas pelo complexo para um crescimento ordenado) da área de maior vigor econômico de Pernambuco sinaliza para a necessidade de melhorar as condições estruturais para receber os inúmeros empreendimentos programados para o futuro. Uma das possibilidades discutidas ontem, durante a apresentação do planejamento estratégico para 200 empresários do Estado, é adotar o sistema de economia mista no Complexo, assim como funciona com a Companhia Pernambucana de Gás (Copergás), ou seja, contar com a presença de um parceiro privado.

O encontro foi a última discussão e coleta de opiniões entre técnicos e sociedade civil antes da entrega do Plano Diretor ao governador do Estado, Eduardo Campos, em setembro. O principal motivo para uma mudança como essa é a necessidade de capitalização do Porto de Suape. “O plano de investimentos para até 2014 é de aplicar R\$ 2,6 bilhões. Um novo modelo de gestão vai transformar o Complexo em uma grande empresa e otimizar a forma como será administrado o local que atualmente emprega mais de 30 mil pessoas.

Com a participação de um parceiro estratégico teremos mais acesso à recursos financeiros, que não sejam apenas os aportes diretos dos Tesouros nacional e estadual”, explicou o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e presidente de Suape, Fernando Bezerra Coelho. Ainda que muito distante, a possibilidade de Suape vir a abrir capital e negociar ações na Bolsa de Valores também foi levantada na discussão de ontem. O Plano Diretor do Complexo está a cargo do Consórcio Planave/Projetec e conta com a participação de uma equipe técnica do maior porto do mundo, o de Roterdã, na Holanda.

Contratado há 18 meses, o grupo tem contribuído com orientação do projeto. Uma das sugestões é a de concentrar em áreas próximas as empresas que atuam em ramos similares, criando diversos polos indústrias dentro do Complexo. Isso já pode ser visto no caso do polo naval, que pode contar com até seis estaleiros e que fica na Ilha de Tatuoca. No quesito infraestrutura, a preocupação é estar preparado para receber os novos empreendimentos de grande porte como o terminal de minérios que será

instalado na Ilha de Cocaia, orçado em cerca de R\$ 200 milhões, um segundo terminal de contêineres, e o terminal de grãos que vai se integrar ao projeto da Transnordestina. Para tanto, estão programadas obras como a construção de pelo menos quatro novos cais, um reforço nas rodovias internas e a realização de uma grande intervenção de dragagem para atender o polo naval.

A questão de mobilidade urbana também teve peso na apresentação de ontem. O maior projeto é a reforma da Estação Massangana, no Cabo de Santo Agostinho, e da linha férrea que chega até o Complexo para receber os chamados Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Modernos e mais rápidos, serão a principal opção para os milhares de trabalhadores de Suape. “Essa obra já está em curso e estamos preparando a licitação para contratar a empresa que vai adaptar a linha de metrô para receber os VLTs”, adiantou Fernando Bezerra Coelho. O desenvolvimento sustentável ocupou lugar de destaque na apresentação de ontem. Para receber os novos empreendimentos industriais, Suape irá promover uma supressão vegetal de 600 hectares de manguezais. “Mas o plano de reflorestamento prevê plantar novos 4.000 hectares”, explicou Bezerra Coelho. Regularização do uso e ocupação do solo, questões fundiárias e controle urbano também foram debatidas.

[<volta>](#)

## **G&A**

28 de julho

### *FITEL abre inscrições para cursos técnicos de logística*

A Fundação Instituto Tecnológico de Logística (FITEL), sediada em Campinas, abriu a inscrições para os cursos técnicos de logística: Transporte, Informática e Comércio Exterior. Os estudantes interessados podem se inscrever até a segunda quinzena de julho. As aulas estão previstas para começar em agosto.

Segundo Valter Célio Boscatto, presidente da FITEL, os cursos oferecidos pela instituição possuem um conteúdo diferenciado. “Os alunos têm a oportunidade de aprender a teoria e aplicá-la em cenários reais. O jovem finaliza o curso pronto para encarar o mercado de trabalho”.

A FITEL também proporciona 375 vagas gratuitas para os cursos livres de sistema WMS, estoquista, roteirização, rastreamento, operador de empilhadeira, sucessão familiar na empresa, gerenciamento de risco e rastreamento, mobilidade urbana, direção defensiva, veículos de tração 4x4 e 6x4, operador de guindauto e cesto aéreo, direção defensiva para motociclista e primeiros socorros.

Além disso, graças a um convênio firmado entre a Fundação e o Ministério da Educação (MEC), 50% das vagas da instituição são gratuitas. Para conseguir uma dessas vagas, o estudante deve ser oriundo de escola pública e ter renda familiar de até um salário mínimo. As novas turmas de agosto ainda terão R\$ 90,00 de desconto

na mensalidade, que sairá por R\$ 250,00. A duração do curso é de um ano (800 horas).

Para fazer a inscrição, os candidatos deverão comparecer na sede da instituição e apresentar os seguintes documentos: RG; CPF e comprovante de endereço, de escolaridade e de renda. O único pré-requisito é ter o Ensino Médio completo ou estar cursando o 3º ano, em escola pública. Os critérios de seleção para as gratuidades serão baseados nos aspectos econômicos (renda familiar per capita igual ou superior a um salário mínimo).

Mais informações pelo telefone (19) 3246-0461 ou e-mail [fitel@fitel.com.br](mailto:fitel@fitel.com.br).

<volta>

## **Diário do Grande ABC**

28 de julho

### *Mauá planeja criação de três novas marginais*

Mauá (SP) – A Prefeitura de Mauá pretende construir pelo menos três vias marginais que cortarão a cidade de ponta a ponta para resolver o problema do trânsito.

Com frota atual de 150 mil veículos, segundo o Departamento Nacional de Trânsito, os congestionamentos têm sido um dos pontos mais criticados da atual gestão.

Com percurso total de oito quilômetros de extensão, as marginais têm orçamento estimado em R\$ 25 milhões.

Para conseguir o recurso, o município busca financiamento do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal. A intenção é começar a construir nos próximos dois anos.

“Mauá, em termos de mobilidade, não comportará mais carros sem essas marginais. Estaremos em todas as frentes possíveis para concretizar isso. Seja com emendas parlamentares, com recursos do tesouro do município ou do governo federal, como o PAC 2”, afirma o secretário de Mobilidade Urbana, Renato Moreira.

A primeira via pretendida pela administração vai sair das proximidades do Viaduto Presidente Juscelino, na alça de acesso para o Jardim Oratório e Avenida Ayrton Senna, margeando o Rio Tamandateí. Seguirá no sentido Cerqueira Leite, pela Rua Washington Luis.

Outro trecho de marginal começará na Washington Luis. seguindo no sentido Jardim Zaíra, margeando o Rio Corumbê.

A outra marginal (também do Tamandateí) seguirá no sentido Itapeva, paralela a Avenida Barão de Mauá.

Esse pacote não é uma ação isolada. “Essas obras vão solucionar o trânsito para os próximos 20, 25 anos. Mas também é preciso realizar ações pensando no transporte público, como remodelagem de corredores exclusivos para ônibus”, completa o secretário de Mobilidade.

Quarta – Outra marginal, a quarta, ainda estaria prevista, segundo ele, ligando a Avenida Capitão João com Rua José Ricardo Nalle. “Seria uma opção para quem vem de Ribeirão Pires e quer acessar o Rodoanel sem passar pela área central de Mauá”, explicou Moreira.

### **Marginais estão fora do pacote que compensa Rodoanel**

A chegada do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas deve contribuir com o aumento de veículos circulando em Mauá. Iniciadas em 2007, as obras de extensão da Jacu-Pêssego até a Avenida Papa João XXIII afetaram 20% do sistema de transporte público.

“Remanejamos ônibus extras para atender essa área com maior congestionamento o que acaba afetando as demais que ficam sem carros”, explicou Renato Moreira. Ele lembrou que desde as duas primeiras gestões de Oswaldo Dias (1997 a 2004) já se planejava as marginais.

“Agora por que será que essas marginais não entraram antes nas obras de compensação do Rodoanel?”, questionou Renato Moreira, referindo-se à negociação feita entre a gestão anterior e a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A). Procurada, a Dersa não comentou.

O ex-prefeito Leonel Damo (sem partido) afirmou que iniciou obras das vias em sua gestão e que negociou compensação viária com o Estado no valor de R\$ 157,8 milhões. “Da marginal da Vila Magini fizemos o trecho entre a Guarda Municipal e a entrada da Vila Magini, mas tivemos de parar por causa da construção de uma escola no traçado. A do Zaíra é a própria Washington Luís”, declarou Damo.

[<volta>](#)

### **Porto Gente**

28 de julho

### ***Projeto da Ferrosul aguarda ser sancionado pelo governo Leonel Pavan***

O plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou no início de julho a lei que autoriza o governo do Estado a participar da criação da empresa estatal Ferrovia da Integração do Sul (Ferrosul). O projeto é um consórcio dos governos do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), formado também pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Agora está nas mãos do governador Leonel Pavan para ser sancionado.

A Ferrosul foi apresentada em nome da Frente Parlamentar das Ferrovias e prevê na lei a função planejar, construir, operar, administrar e explorar comercialmente trechos ferroviários para o transporte de cargas e passageiros. Cada um dos quatro estados envolvidos terá uma participação de 25% nas ações da empresa, que prevê um investimento de capital inicial de R\$ 100 milhões. Os demais R\$ 120 milhões estão previstos pelo Governo Federal no PAC 2.

Em Santa Catarina, os objetivos da empresa serão voltados para o fomento e a criação de ramais rodoviários na região Oeste, que concentra a maior parte da produção de grãos, aves e suínos e a necessidade de insumos para a indústria que vem do Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo o coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias, deputado estadual Pedro Uczai (PT/SC), a Ferrosul tem o apoio dos governadores dos quatro estados porque foi um projeto elaborado dentro do Codesul. O projeto prevê a extensão da ferrovia entre o oeste do Mato Grosso do Sul que ainda não aprovou o projeto, sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina com extensão até o Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que também deve aprovar a ferrovia.

[<volta>](#)

**Jornal do Comércio-RS**  
28 de julho

### *Dnit montará novo viaduto na BR-116 em 56 horas*

Uma parte da operação de substituição do viaduto da Petrobras, em frente à Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), na altura do quilômetro 260 da BR-116, limite entre Canoas e Esteio, começa hoje. O trânsito de veículos embaixo do viaduto será interrompido para a montagem da estrutura de um guindaste. O supervisor de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), Carlos Pitta, salienta que a área onde o equipamento será posicionado tem que ser preparada, e a pista, bloqueada, com pelo menos dois dias de antecedência.

A colocação das vigas começa amanhã. A demolição do viaduto terá início às 22h de sexta-feira. A montagem da estrutura acontece na manhã de sábado. O término dos trabalhos está previsto para o dia 2 de agosto, às 6h. O investimento no novo viaduto chega a R\$ 6,8 milhões.

Um guindaste de 500 toneladas transportará na quinta-feira, através da BR-116, quatro módulos de 11x15m e 60 toneladas cada. Augusto Tozzi, diretor da M. Martins, empresa responsável pela obra, explica que o atual viaduto, construído na década de 1960, não possui acostamento. Segundo ele, com a substituição, os usuários terão mais segurança.

Entre as características da nova obra estão o acostamento interno, duas pistas de tráfego de 3,60m, acostamento externo de 2,5m e barreira de proteção lateral. De acordo com Tozzi, a carga móvel em pontes rodoviárias prevista na época da construção era de 24 toneladas. O novo viaduto será de 45 toneladas, de acordo com as normas de trânsito atuais.

O Dnit alerta para que os motoristas evitem utilizar o trajeto no final de semana. As rotas alternativas são a ERS-020 e a ERS-118. Para quem não puder evitar a BR-116, os desvios são pela avenida Guilherme Schell, no sentido Interior-Porto Alegre, e pela rua lateral da BR-116, no sentido Capital-Interior. Para quem vem da Serra, a rota mais indicada é a ERS-020. A M. Martins implantará a sinalização indicando os desvios a serem tomados.

Com as constantes instabilidades climáticas no Rio Grande do Sul, o tempo é um fator fundamental para a concretização do trabalho na rodovia. Em caso de chuva, a operação de substituição do viaduto da Refap poderá ser transferida para o fim de semana posterior.

[<volta>](#)

## **Zero Hora-RS**

28 de julho

### *Consórcio pretende montar estaleiro em Rio Grande*

Plataforma que será construída no sul do Estado usará guindaste de 135 metros de altura, com capacidade de 3,5 mil toneladas

Depois de concluir a plataforma P-63, o consórcio Quip anunciou ontem que pretende transformar seu canteiro no porto de Rio Grande em um estaleiro. A P-63 tem conclusão estimada para dezembro de 2012.

Localizada na parte sul do Porto Novo, a área tem capacidade para abrigar uma plataforma. O projeto, em fase de elaboração, prevê triplicar a capacidade, além da construção de um dique molhado, com um pórtico para içar peças. Os valores e prazos do investimento não foram divulgados. Com o estaleiro, a Quip vislumbra ter maior competitividade em futuras licitações da Petrobras.

Para construir a P-63, a terceira plataforma com selo gaúcho, o consórcio usará um megaguindaste terrestre. Com 135 metros de altura e capaz de mover peças com até 3,5 mil toneladas, o equipamento importado da Holanda vai integrar os módulos da P-63 a partir de outubro de 2011, em Rio Grande (confira quadro ao lado).

O guindaste permite que os módulos sejam integrados sem parar a movimentação de embarcações do porto. Na montagem da P-53, foram utilizados guindastes flutuantes, e a entrada e saída de navios no canal ficava suspensa por alguns dias. Na reunião do Conselho de Autoridade Portuária, executivos da Quip apresentaram o cronograma das obras da P-63, avaliada em US\$ 1,3 bilhão. A embarcação é similar à P-53, primeira plataforma feita no Estado, também executada pelo consórcio, que ainda responde pela P-55, em construção no Estaleiro Rio Grande. A P-55 vai operar no Campo de Roncador, na Bacia de Campos (RJ). O convés está sendo montado em Rio Grande.

[<volta>](#)

## **Monitor Mercantil**

28 de julho

### *Ministro dos Portos cumpre agenda e assina mais uma dragagem no Rio*

Amanhã e quinta-feira, o Ministro dos Portos, Pedro Brito, estará na cidade do Rio para a assinatura da dragagem do trecho 5 do Porto de Itaguaí, apresentações de palestras, encontros com representantes do setor e visita ao órgão responsável pela elaboração dos estudos portuários da Secretaria de Portos.

Durante os dois dias serão explorados temas como o cenário portuário atual, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, o andamento do Programa Nacional de Dragagem (PND) - hoje com 12 obras -, além dos investimentos destinados ao setor, para a realização da Copa de 2014.

O primeiro compromisso do Ministro, no dia 28, às 10h, será uma visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH). Logo em seguida, às 12h, no Pier Mauá, Pedro Brito irá assinar a Ordem de Serviço que dará início às obras de dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Itaguaí, que faz parte do PND com recursos do PAC. Às 15h, Brito ministrará palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre investimentos do Governo Federal nos portos do Estado e fará um balanço geral das obras que estão sendo realizadas em todo o país.

No dia seguinte, às 10h, Pedro Brito participará de uma reunião com o conselho deliberativo e associados na Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), no Centro de Convenções da Bolsa de Valores. Após o almoço, às 14h30, o Ministro proferirá palestra para os integrantes do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (Caepe) da Escola de Guerra, na Escola Superior de Guerra.

A obra, de responsabilidade da Secretaria de Portos, será realizada pela empresa Dragabrás, vencedora da licitação, e custará R\$ 79,89 milhões. Serão disponibilizados dois equipamentos para a realização da dragagem: Pearl River e Breydel.

Com capacidade para retirar de 24.100 mil metros cúbicos de sedimento, a draga Pearl River teve seu último trabalho finalizado na Nigéria e já se encontra no Rio de Janeiro desde sábado (dia 24). Este será o maior equipamento em operação no país. Já a draga Breydel, de 9 mil metros cúbicos, virá da Venezuela. O Porto de Itaguaí passará de seus atuais -14 metros para -17,5 metros de profundidade. Isso irá diminuir o tempo de atracação e ampliar a capacidade de escoamento dos operadores privados do porto.

Hoje, um navio que entra no Porto de Itaguaí leva cerca de seis horas até atracar. Com as áreas de fundeio, será possível reduzir esse tempo em um terço. A estimativa é que o Porto de Itaguaí - que atualmente movimenta cerca de 300 mil TEUs por ano - aumente em até 50% sua capacidade de operação, a partir da conclusão das obras.



Serão dragados 5 milhões de metros cúbicos de sedimentos em até 10 meses de obra. O término está previsto para março de 2011.

[<volta>](#)